

UM MONUMENTO AOS HERÓIS DA GRANDE GUERRA: GILBERTO FREYRE, BRASÍLIA E LULA DA SILVA À LUZ DA TEORIA DA LITERATURA DE AFRÂNIO COUTINHO

A MONUMENT TO THE HEROES OF THE GREAT WAR: GILBERTO FREYRE, BRASÍLIA, AND LULA DA SILVA THROUGH THE LENS OF AFRÂNIO COUTINHO'S LITERARY THEORY

André Corrêa de Sá

University of California, Santa Barbara

acorreadesa@ucsb.edu

orcid.org/0000-0002-6468-745X

RESUMO

Baseando-se na teoria literária de Afrânio Coutinho e examinando os exemplos de Gilberto Freyre, Brasília e Lula da Silva, este artigo pretende explorar as implicações da noção de que o imperativo de redefinir continuamente as questões nacionais tornou-se um aspecto crucial da reflexão sobre a eficácia da teoria literária na academia brasileira.

Palavras-chave: Afrânio Coutinho, teoria da literatura, Gilberto Freyre, Brasília, Lula da Silva

ABSTRACT

Drawing on the literary theory of Afrânio Coutinho and examining the examples of Gilberto Freyre, Brasília, and Lula da Silva, this article aims to explore the implications of the notion that the imperative to continually redefine national issues has become a crucial aspect of reflection on the effectiveness of literary theory in Brazilian academia.

Keywords: Afrânio Coutinho, literary theory, Gilberto Freyre, Brasília, Lula da Silva

Tristão de Athayde observou um dia que a obra de Afrânio Coutinho é “monumental”. A intenção deste predicativo, parece-me, é aplaudir o célebre crítico brasileiro, “essa biblioteca viva individual e ambulante das nossas letras” (Athayde, 1987: 14). Mas um monumento não é necessariamente uma coisa boa, muito menos uma coisa que queiramos mostrar a todos os turistas que visitam a nossa cidade, ou sempre.

Em geral, os monumentos que não queremos mostrar a todos os turistas, ou não queremos mostrar sempre, são de três tipos. Os primeiros são os monumentos pelos quais passamos muitas vezes, mas sempre ignorámos, por não reconhecermos a figura homenageada, muito menos a experiência ou a moral que pretende transmitir à posteridade. Se incluirmos neste grupo as placas toponímicas, podemos incluir nele a maioria dos topónimos das cidades portuguesas.

O segundo tipo de monumentos são aqueles de que costumávamos gostar e de que hoje fazemos troça: em parte porque muitos dos nossos amigos também fazem troça; em parte porque os nossos esquemas mentais foram mudando. Um dos exemplos mais conhecidos dessa lista, pela discussão acalorada que gerou, tem sido a famigerada estátua do Padre António Vieira, instalada em 2017 no Largo Trindade Coelho, em Lisboa, e que nos parece hoje, no mínimo, obsoleta. (O facto de o Largo Trindade Coelho ser ainda hoje vulgarmente conhecido por Largo da Misericórdia, fazendo jus ao desconhecimento a que o escritor Trindade Coelho é votado pelos lisboetas, é em si mesmo um exemplo do primeiro tipo de monumentos a que me referi.)

A terceira espécie de monumentos que hesitamos em mostrar aos turistas é a dos monumentos que reconhecemos quando passamos por eles, e sobre os quais ocasionalmente até sabemos bastante, mas, em razão de escrúpulos éticos ou morais, não sabemos se devemos levar a sério ou ignorar. Exemplos muito conhecidos desta terceira espécie

são o Padrão dos Descobrimentos e a Torre de Belém, ambos localizados em Lisboa. Provavelmente não nos sentiremos afetados com a remoção dos primeiros e dos segundos das praças públicas, mesmo que seja por motivos tão prosaicos como obras do metro. Quanto aos terceiros, apesar das reservas que temos, preferimos que fiquem onde estão. Mesmo que apenas de forma intuitiva, é possível rejeitar o seu papel na história e, ainda assim, aceitar a sua historicidade.

Penso que a obra de Afrânio Coutinho consagrada à teoria da literatura é um monumento deste terceiro tipo. Outrora um membro respeitado da cena cultural brasileira, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (de que foi o primeiro diretor) e da Academia Brasileira de Letras, as referências ao seu trabalho que podemos atualmente encontrar nos programas curriculares são escassas. Aparentemente, o seu legado não resistiu à poeira do tempo. Uma das razões para esse declínio é o facto de que os livros de crítica que mais o impressionaram já não têm tantos leitores quanto antes; outra razão é que as áreas às quais dedicou a maior parte de seu trabalho – a história da literatura, a natureza da nova crítica e o conceito de literatura brasileira – já não estão em ressonância com os interesses e preocupações éticas e morais das pessoas que trabalham nos departamentos de estudos literários.

Mas Afrânio Coutinho também tem culpas no cartório: a doutrina crítica que publicitou nunca passou de uma promessa irrealizada; a noção de descolonização literária que formulou apoia-se mais em preconceitos, hostilidades e estratégias retóricas do que numa narrativa mais responsável e informada do que as anteriores; e o espírito inquisitivo que exibiu durante toda a carreira constitui mais um caso aplicado da teoria do amigo-inimigo de Carl Schmitt do que um contributo para um debate democrático e respeitador.

As falhas estruturais desse edifício doutrinário foram assinaladas por Wilson Martins (um dos críticos mais visados pelos ataques de

Coutinho) nos comentários a um livro de 1968, significativamente intitulado *A Tradição Afortunada*. Num misto de justeza, perspicácia e sarcasmo, o autor de *História da Inteligência Brasileira* descrevia o *modus operandi* de Coutinho nos seguintes termos:

Afrânio Coutinho foi, na década de 50, um impetuoso Rodrigo que, para resguardar a pureza de sua Ximena, a crítica literária, matou-lhe, em vários e decisivos golpes de esferográfica, não apenas os pais, o Meio e a Raça, mas também as tias solteironas: a História, a Biografia, a Geografia, e os tios aposentados: o Momento, o Folclore, Amigos da família, como Sílvio Romero e José Veríssimo, foram proibidos de entrar em casa e os seus retratos retirados da sala de jantar; outros, como Araripe Júnior, muito embora se tivessem entregue aos prazeres suspeitos das narrativas biográficas, foram beneficiados com o “sursis” e, afinal, perdoados, sem maiores esclarecimentos. A crítica, quero dizer, Ximena, recebeu autorização para frequentar apenas algumas primas devotas, como a Análise de Textos, a Leitura em Profundidade e a Estilística; infelizmente, esta última logo se revelou não ser aquilo que se pensava e foi sendo gradativamente afastada do convívio doméstico. (Martins, 1983: 727)

Do ponto de vista dos críticos contemporâneos, Afrânio Coutinho é apenas um dos capítulos da história da teoria literária no Brasil, e provavelmente não o mais memorável. Mas o facto é que se se justificou organizar em junho de 2023 um colóquio na Universidade de Coimbra para discutir a teoria literária no Brasil é em parte consequência de ter Afrânio Coutinho tido contacto com livros de teoria e crítica literária anglo-americana, considerado que a teoria desses livros devia ser conhecida no Brasil, e a partir de 1948 e durante respeitáveis cinco décadas, ter conduzido uma campanha para persuadir os pares e os administradores universitários do valor que teria

o ensino dessa teoria nas instituições brasileiras, nomeadamente aos estudantes da *sua* Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse esforço para institucionalizar os estudos literários no Brasil e para expurgar o complexo colonial do seu âmago, tão rebarbativo quanto militante, é a todos os títulos, uma proeza assinalável.¹

AFRÂNIO COUTINHO E A TEORIA DA LITERATURA

Muitos dos autores que Afrânio Coutinho lia faziam parte daquilo que, no âmbito da história da crítica literária, geralmente se designa *New Criticism*, movimento com que travara contacto durante os cinco anos em que, entre 1942-1947, residira nos Estados Unidos, época em que a “escola” do *New Criticism* dominava a crítica académica.²

Como Cleanth Brooks – um dos mais importantes *new critics* – afirmou num texto tardio, o *New Criticism* não se trata propriamente de um movimento (Brooks, 1984: 80). Os trabalhos dos *new critics* mais proeminentes, como John Crowe Ransom, Allen Tate, I. A. Richards e o próprio Cleanth Brooks, não fazem parte de uma escola, nem sequer cabem sob uma legenda comum. É tal a multiplicidade de valores e crenças dos autores implicados nessa designação, recorda Brooks, que falar sobre os *new critics* se assemelha a participar numa caça aos gambozinos.

¹ Nesta matéria, é necessário recordar o papel crucial de Afrânio Coutinho na fundação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que dirigiu. O relato desta experiência está exposto em *O Processo de Descolonização Literária*, cuja leitura recomendo, e não apenas por esse motivo.

² Sublinhe-se que a grande influência de Afrânio Coutinho em relação aos novos métodos críticos é René Wellek, chamando “bíblia” à *Teoria da Literatura* que este redigiu com Austin Warren.

René Wellek, que escreveu um dos mais persuasivos balanços do *New Criticism*, constatava a diversidade entre estes críticos, mas acrescentava que em todo o caso havia uma boa razão para os agruparmos sob uma legenda comum. O elo entre esses autores, explicava Wellek, está no facto de não compactuarem com a modalidade de ensino da literatura mais generalizada no seu tempo, baseada na combinação de comentário impressionista com história literária e sociológica. Agastados com métodos de ensino que não avaliavam se o aluno percebia ou não o que lia, os *new critics* argumentavam que a explicação de um poema devia focar-se naquilo que o poema diz, em vez de se focar no estado de espírito do autor enquanto o escrevia ou no contexto histórico em que surgiu.³

O identificativo *New Criticism* ficou por isso para a história literária como representante de uma corrente crítica formalista, empenhada no estudo dos aspetos internos do objeto literário. A sugestão de que um crítico devia preocupar-se sobretudo com o texto, em vez de se preocupar com o autor ou o leitor, levou a que muitas pessoas vissem nisso um esteticismo a raia o esotérico, alheado dos problemas do seu tempo, em relação aos quais o crítico sério devia cultivar um dever de responsabilidade. Mas o esoterismo, de qualquer espécie, está longe das ideias e das propostas destes críticos, muito menos das suas lições sobre crítica prática ou mesmo da atitude que manifestaram perante a história e as questões sociais.

Mas por que razão o interesse pelo que o poema diz, e o desejo de promover uma modalidade de crítica baseada nesse interesse espe-

³ Como recorda Cleanth Brooks, 1984: 81: “When in the early 1930s Robert Penn Warren and I found ourselves teaching ‘literary types and genres’ at a large state university, we discovered that our students, many of whom had good minds, some imagination, and a good deal of lived experience, had very little knowledge of how to read a story or a play, and even less knowledge of how to read a poem”.

cífico, terão atraído tanto Afrânio Coutinho? A resposta é muito simples. Afrânio Coutinho percebeu que podia usar as proposições críticas destes autores para legitimar e tornar mais efetiva a sua campanha de autonomização da literatura brasileira – inculcando nos brasileiros a consciência da “brasileidade ou americanidade” e chamando a atenção para as tradições e características capazes de “valorizar a nossa posição em detrimento dos laços de dependência à Europa, revendo inclusive pontos de vista anteriores à luz dessa noção” (Coutinho, 1960: 53).⁴

Esta articulação contém, por isso, uma teoria muito precisa e um suporte historiográfico correspondente. Segundo Coutinho, a literatura brasileira começara não com o Arcadismo, nem com a geração romântica, muito menos com a independência política, mas com o início da colonização, nesse momento-chave em que “um novo homem – o brasileiro – [...] criou uma nova literatura” e comunicou “esses primeiros vagidos de uma nova alma popular e nacional” (Coutinho, 1960: 73). O *New Criticism* afigurou-se-lhe um instrumento apropriado para realizar aquele que era, ao fim e ao cabo, o seu propósito fundamental: conferir a autoridade de um discurso científico ao projeto romântico de nacionalização da vida mental brasileira.

O espírito de rebelião e anticonformismo dos *new critics* nada tinha a ver com nacionalismos; não obstante, Afrânio Coutinho percebeu que uma “crítica técnica, objetivista, baseada em critérios e padrões estéticos e métodos rigorosos de investigação e valoração, de análise tanto verbal quanto estrutural, e inspirada no pressuposto conceitual do primado do texto como seu ponto de partida”

⁴ Como escreveu Afrânio Coutinho em *A Tradição Afortunada*, “as premissas conceituais” que permitiam à nova crítica “completar ou rever os pontos de vista sobre os escritores coloniais” já tinham sido articulados por “românticos e realistas” (p. 169)

(Coutinho, 1983: 128)⁵ podia dar um impulso decisivo ao seu projeto de descolonização literária.

A lógica a que isto obedece é fácil de esmiuçar. Era imperativo defender os interesses do país, pelo que “o ensino da literatura” deveria “emancipar-se da história e da filologia”, dando preferência “ao método de ensino pelos gêneros, conhecido em inglês por *types approach*” (Coutinho, 1987: 730-731). Esta decisão metodológica tem evidentemente consequências muito práticas. O isolamento do imaginário literário em contentores estanques, afastando-o do contexto histórico, social e económico em que tinha surgido, tornava plausível o estudo da literatura brasileira *enquanto literatura brasileira*. Ou seja, sem ter de levar em conta que a porta de entrada para esta havia sido, historicamente, a literatura portuguesa.⁶

É nesta atitude anticolonial que se baseia a equivalência que Afrânio Coutinho faz entre a história literária do Brasil e a história da literatura brasileira – equivalência que o leva a desvirtuar a distin-

⁵ A respeito das reivindicações de originalidade doutrinária de Afrânio Coutinho e da guerra aberta que manteve com a crítica brasileira do seu tempo, consultar Wilson Martins (1983: 32-34).

⁶ Curiosamente, Afrânio Coutinho nunca praticou a teoria que pregou, e muitas das suas opiniões não se distinguem do impressionismo dos críticos que ataca impiedosamente. A ideia com que se fica depois de ler umas quantas páginas suas é que, à semelhança do que acontece com os médicos, Coutinho por vezes adoeceu da doença que procurava combater. Vale observar que o seu libelo contra os malefícios do impressionismo na crítica foi frequentemente compensado pelo impressionismo da sua própria crítica. Um bom exemplo é o comentário dedicado a Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, o extraordinário livro que, no entender de Coutinho, mais modelarmente concretiza o tema nacional. Por muito esforço que se faça, não é fácil entrever nas suas palavras a influência das técnicas de leitura da nova crítica cujos méritos publicitava: “esse livro se escreve em estilo brasileiro, com a ênfase, a truculência, o excesso, a exuberância, o brilho, o arremesso, a prodigalidade, a magnificência que nos caracterizam e talvez nos singularizem no mundo [...]. Todos os brasileiros se revêem nessas páginas, porque é assim que se exprimiriam, se tivessem o dom e a arte da vida literária. É por isso o estilo nacional”. (Coutinho, 1983: 92)

ção entre “literatura colonial” e “literatura nacional”, a postular que o primeiro verso escrito em terras de Vera Cruz já era brasileiro, e a exigir o repatriamento do património literário da época colonial. Na sua opinião, tratava-se de património ilegitimamente açambarcado pelos portugueses. António Vieira, assinalava, era um exemplo maior dessa apropriação ilegítima de escritores “brasileiros” pelos historiadores portugueses.⁷ A opção por escrever uma história literária baseada em critérios periodológicos e num “conceito estético ou poético da literatura” abria justamente espaço para “uma reavaliação e reinterpretação da literatura brasileira” (Coutinho, 1972: 59, 67, 74) capaz de criar um contraste entre o passado útil (o das resistências anticoloniais) e o inútil (o da colonização portuguesa). Deste ponto de vista, a história do Brasil até à independência devia ser vista não como a história de uma província ultramarina de Portugal, mas como um mero negócio lucrativo administrado pelo poder colonial.

Nesse sentido, a sua invectiva contra o “exagero da cronologia” não era apenas uma crítica à redução analítica que esse critério gerava, mas um embargo à presença da cultura portuguesa no Brasil. Era crucial, bradava Coutinho aos quatro ventos, que se fizesse da literatura nacional um objeto de devoção: “Por que não procuramos apurar o que de («brasileiro») existe em nossas artes e letras?” perguntava em “Por uma Crítica Brasileira”. E complementava com outra interrogação: “Quando começaremos a compreender o grito de José de Alencar e de Mário de Andrade em favor de nossa originalidade, de nossa capacidade de fazer arte e literatura realmente brasileiras?” (Coutinho, 1987: 517)

⁷ Anote-se que Wilson Martins diagnostica esta confusão em vários críticos (Martins, 1983: 39).

A sua definição de literatura brasileira é por isso relacional. Literatura brasileira era a que, a despeito dos portugueses, tinha surgido no Brasil, da mesma maneira que o Brasil era o país que, a despeito dos portugueses, tinha surgido nos trópicos. Se esta é a vocação insopitável da crítica, a inteligibilidade da expressão “teoria da literatura” no Brasil estaria dependente da inteligibilidade da expressão “literatura brasileira”, axioma que não me parece evidente. Muito menos útil.⁸

⁸ Um exemplo do provincialismo e paroquialismo que esta posição gera é o facto de, no início dos anos 1980, num livro em que discutia o processo da descolonização literária, Afrânio Coutinho ter apregoado o triunfo da nova crítica, integrando sob os seus auspícios praticamente todos os protagonistas da “jovem guarda” da crítica brasileira, de Merquior a Haroldo de Campos, de Nelly Novaes Coelho a Roberto Schwarz, como se todos, independentemente da natureza do que faziam, partilhassem a noção de literatura brasileira por si esposada (Coutinho, 1983: 146). Esta tese não é tão descabida como à partida parece. Pensemos, por momentos, nas semelhanças e diferenças entre Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Haroldo de Campos, três das mais influentes figuras da teoria da literatura no Brasil na segunda metade do século xx. Aquilo que cada um pensava dos padrões locais é distinto, e eles nem sempre gostaram de se ver associados entre si. São afamadas as polémicas levantadas por Haroldo de Campos e pelo próprio Afrânio Coutinho contra a noção de sistema utilizada por Antonio Candido, por exemplo. Não obstante, mesmo que os separem as respetivas afinidades eletivas, eles nunca deixaram de se cumprimentar cordialmente. Devem-se as diferenças entre eles ao facto de procurarem soluções técnicas para problemas diferentes. Sob o ponto de vista do utilizador, estes três casos são paralelos no *pathos* que subscrevem: a tradição para qual a virtude central da teoria da literatura em solo brasileiro está em contribuir para o estudo de um problema definido e permanente: o problema da “natureza” do Brasil. Coutinho, numa mistura de fanfarronice e desdém pelo antigo colonizador, repetia o que lhe parecia autoevidente: que nada no Brasil podia ser considerado português, uma vez que os colonos, à chegada, passavam por um processo de obnubilação que os fazia esquecer de que eram portugueses. E acrescentava que até António Vieira devia ser repatriado, de modo a ocupar o seu legítimo lugar entre os escritores brasileiros. Antonio Candido, mais diplomático, adverte os patricios que a literatura brasileira pode até ser de fancaria, mas tem de ser amorosamente lida e dignificada justamente porque é nacional. Quanto a Haroldo Campos, mais sofisticado e cosmopolita, o grande poeta concreto dá largas a um excecionalismo autoconfiante para clamar que a literatura brasileira, desde o Barroco e de olhos postos na

Quando respondeu à pergunta “Que é a literatura brasileira?”, Afrânio Coutinho provavelmente não teve em conta que a literatura que a teoria estuda é frequentemente um facto inventado pela própria teoria que o descreve. Nesse sentido, a literatura que a teoria estuda é parecida com um monumento alegórico, encomendado pelo poder público para comemorar um acontecimento importante da história coletiva e funcionar como símbolo de galvanização nacional. Por isso, é usual que os teóricos da literatura – no Brasil como em qualquer outro lugar – empreguem grande parte do tempo a inventar teorias para explicar textos cujos autores não têm qualquer teoria para os explicar.

Daí se segue que a existência de uma literatura brasileira depende da invenção de uma cultura brasileira, da mesma maneira que a existência dos heróis de uma determinada guerra depende da invenção de uma memória desse evento. A expressão “invenção da cultura”, tal como a uso aqui, remete para as formulações de Roy Wagner sobre o modo como a compreensão e a descrição das ideias e dos modos de vida de outras pessoas é feita colocando-as numa relação significativa com as nossas próprias ideias e maneiras de viver. Para Wagner, que dá o exemplo do antropólogo como epítome do inventor de culturas, o processo tem mão dupla. Quando usamos analogias para “revelar as idiosincrasias dos outros estilos de vida” estamos, automaticamente, a usá-las para “rearticular” a nossa própria cultura. O “efeito” desta “invenção”, acrescenta Wagner, é ao mesmo tempo profundo e inconsciente: ao esforçar-se para tornar a representação cumulativamente mais objetiva, o antropólogo simultaneamente cria as ideias e as formas que estipulam a sua criação (Wagner, 2016: 12).

vanguarda das artes implicadas, já estava a apontar o futuro, sempre para lá dos limites da linguagem.

O legado de Afrânio Coutinho é precisamente o que decorre do seu tremendo contributo para a invenção de um conceito de cultura brasileira. À crítica, explicava Afrânio Coutinho, endereçando uma censura à historiografia de Antonio Candido, mais do que assinalar os momentos decisivos em que o arbusto secundário se diferencia do arbusto originário, cabe-lhe criar as condições para a conquista desse espaço.

Constituem as ideias de Coutinho uma teorização exemplar? É evidente que não. Mas a verdade é que constituem uma das primeiras instâncias de uma teoria formulada para descrever a ideia de literatura brasileira em função de uma escala, espaço e tempo locais. Os efeitos do seu trabalho podem por isso ser considerados formativos nos departamentos de estudos literários das universidades brasileiras, para os quais a responsabilidade moral e social do crítico está ainda largamente subordinada a uma responsabilidade perante o Espírito de Nacionalidade de Afrânio Coutinho. Aos formandos exige-se não apenas leituras atentas, pautadas por consciência crítica e rigor analítico, mas também – e este aspeto é decisivo – residência local.

Nas páginas seguintes, vou referir-me de modo muito circunscrito a três fenómenos histórico-culturais brasileiros – Gilberto Freyre, Brasília e Lula da Silva – que, na minha perspetiva, têm contribuído para que o tipo de teoria, e de prática da teoria, de Afrânio Coutinho mantenham relevância nos termos da consciência de nacionalidade da cultura brasileira, embora o seu protagonismo ao nível da crítica literária tenha sido esbatido ao ponto da irrelevância pelo triunfo quase irrestrito da auto-historiografia modernista.

No restante deste texto, em secções apressadas, que não têm a pretensão de oferecer análises exaustivas desses objetos, vou argumentar que os efeitos da migração de ideias e imaginários de Afrânio Coutinho se podem identificar nestes três momentos decisivos da cultura brasileira contemporânea. Nesse sentido, vou tra-

tar esses momentos como declarações simbólicas de independência, imbuídas de atitudes e sentimentos românticos. O que significa, portanto, que vou aqui descrevê-los enquanto monumentos maiores da autobiografia espiritual do Brasil, isto é, monumentos através dos quais o passado irrompe no presente para constituir um sentido de pertença. O meu objetivo é mostrar que, lidos à luz das propostas de Afrânio Coutinho, eles partilham o ar de família. Mobilizando dinâmicas de identidade nacional tão poderosas como a mobilizada por Afrânio Coutinho, estes fenómenos têm providenciado um manancial de oportunidades simbólicas para tornar relevantes e úteis as convicções do autor de *A Tradição Afortunada* sobre a independência e a originalidade da literatura brasileira. A sua origem está em lideranças culturais e políticas, mas os seus cânticos são entoados um pouco por todo lado.

GILBERTO FREYRE

Pensar em Gilberto Freyre é pensar quase automaticamente no canónico *Casa-grande & Senzala*. Vindo a público em 1933, em contramão com as doutrinas do racismo científico então em voga, *Casa-grande & Senzala* deu um aspeto positivo aos processos de mestiçagem. Para avaliar seu carácter revolucionário, é importante lembrar que, no ano anterior, um intelectual tão influente como Oliveira Vianna publicara *Raça e Assimilação*, livro que discute os problemas de aculturação da sociedade brasileira partindo da constatação de que há uma desigualdade notória entre raças e concluindo que “O negro puro, portanto, não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações” (Vianna, 1938: 284).

Casa-grande & Senzala foi tão influente para a autoimagem dos brasileiros que podemos sem indulgências considerar que é um dos locais de nascimento do Brasil. No momento em que vários países europeus implementavam regimes de extrema-direita, assumida-

mente racistas e xenófobos, Gilberto Freyre desafiou muitas ideias feitas sobre a história colonial. Como admitiu Antonio Candido, confessando a admiração que o livro lhe suscitou, muitos brasileiros, lendo as páginas de *Casa-grande & Senzala* numa espécie de transe, olharam-se ao espelho e descobriram-se, com orgulho e dignidade, mais africanos, mais índios, menos brancos.⁹

Como já foi amplamente reconhecido pela crítica, esse é o mérito mais significativo de *Casa-grande & Senzala*. Reavendo e preparando para exibição o cordão umbilical do povo brasileiro, Gilberto Freyre refundou em termos simbólicos o *nomos* das gentes tropicais. O sábio de Apipucos não foi a primeira pessoa a tratar o tópico do amalgamento cultural nas sociedades latino-americanas. Mas foi o primeiro a descrevê-lo em tons convincentemente positivos e a associá-lo a uma suposta aptidão dos povos ibéricos para se adaptarem a regiões tropicais. Ao modo de vida produzido por essa aptidão, Freyre, como é sabido, chamou lusotropicalismo.

Muitas pessoas ficam furiosas quando leem nos livros de Gilberto Freyre que o Brasil tem muitas características portuguesas e enfurecem-se duplamente com a sugestão de que a realidade histórica da colonização evidencia uma capacidade invulgar dos portugueses para implementar modos colaborativos de existência em territórios extraeuropeus, como se isso evidenciasse a subordinação do Brasil à tradição historiográfica lusitana. Essas pessoas, entre as quais se

⁹ Assinalo que não é objetivo deste texto discutir as ideias e os argumentos expostos por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* sobre a experiência colonial e a formação social do Brasil, nem a história da sua recepção no Brasil e em Portugal. O leitor interessado nesses tópicos pode recorrer ao excelente livro de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994). *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, livro que constitui um dos melhores estudos disponíveis sobre a primeira fase da produção intelectual de Gilberto Freyre.

contava Afrânio Coutinho, estavam tão equivocadas a respeito de Gilberto Freyre quanto Adriano Moreira e outras luminárias do Estado Novo, que, contra as denúncias que o próprio Freyre fazia do regime colonial português em África, usaram a teoria do lusotropicalismo como endosso histórico, moral e ético para a política ultramarina portuguesa.

Acima de tudo, é preciso ter consciência de que as teorias de Gilberto Freyre constituem uma reivindicação do prestígio nacional brasileiro. São unilateralmente brasileiros os seus pontos de vista, e são brasileiríssimas as palavras em que os exprime. Calhou que os portugueses tivessem colonizado o Brasil. Tivessem sido os ingleses e Freyre, a avaliar pela importância que a cultura anglo-americana teve na sua formação, não teria menos entusiasmo pelo “mundo que o inglês criou”.

Como se sabe, muitas das páginas de *Casa-grande* têm hoje um aspeto gasto de fim de festa. Em contrapartida, a importância de Gilberto Freyre no domínio da psicoterapêutica existencial está ainda longe de se desvanecer, como de resto tem mostrado a subida recente da sua cotação nos estudos latino-americanos, em que surge como predecessor das políticas de integração social do nosso tempo.¹⁰ Muitas pessoas não podem deixar de sentir repúdio pela condescendência que Freyre publicamente manifestou pelas estruturas do mundo patriarcal, incluindo o apoio ao golpe militar de 1964 e ao regime ditatorial que se seguiu. Mas uma coisa é certa: apesar de todas as objeções que se possa ter, a gramática comunitária de *Casa-grande & Senzala* é ainda um regaço que implicitamente abriga muitos brasileiros. E a política cultural brasileira, há que o dizer, ainda percorre

¹⁰ Consultar, a esse respeito, Joshua Lund e Malcolm McNee (eds.) (2006).

parte da sua órbita em torno da fluidez e do improvisado sussurrados nas páginas tropicais de *Casa-grande & Senzala*.

BRASÍLIA

Em 1960, Brasília emergiu como a forma de escala global que testemunhava a chegada do Brasil à maturidade. Segundo Juscelino Kubitschek, o presidente que materializou o velho projeto de transferência da capital para o planalto central, a empresa de construção da futurista capital daria finalmente ao Brasil a “autonomia como grande nação” a que vinham aspirando os militantes pela ideia nacional. A memória a que JK deu o título de *Por que construí Brasília* é um testemunho cabal de que o Presidente da República Federativa do Brasil, a partir de 1955, vestiu o hábito de profeta do futuro grandioso do país que os bandeirantes, na mitologia nacional, teriam representado.

Em modo auto-celebratório, o livro está repleto de apelos e sentenças presunçosas para mostrar que a nova capital assinalava o fim de uma era e o surgimento de outra, completamente diferente da anterior. Escriturando o direito à posse territorial, Brasília deveria encarnar uma ideia concreta da nação, dando guarida à catedral da nacionalidade. Do coração do Brasil, o brasileiro poderia finalmente “tomar posse do seu imenso território”. A capital “seria o veículo”, o “instrumento”, o “fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante” (Kubitschek, 2000: 7).

Há uma analogia importante entre a ambição de JK e a de Afrânio Coutinho. A evocação do “ato público” que assinalou o momento em que JK assinou a mensagem que enviaria aos membros do Congresso comunicando a sua intenção de cumprir a disposição constitucional que previa a transferência da Capital Federal para o Planalto Central tem o mesmo ar das cenas fundacionais recriadas pelas genealogias literárias propostas por Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Haroldo de Campos.

Num dos primeiros capítulos da sua memória, JK descreve uma das primeiras viagens que fez para o planalto onde a futura capital viria a ser edificada, com o objetivo de ratificar o “ato público” que daria início ao processo de transferência da capital. Na altura, a presidência de república apenas dispunha de um velho DC-3, avião pouco fiável para a longa e perigosa travessia noturna do sertão que separava o Rio de Janeiro de Goiânia. O Brigadeiro Fleiuss, o então Ministro da Aeronáutica, desaconselhou a viagem, que implicava sobrevoar em plena escuridão um imenso território deserto do interior do país. “Se houvesse uma pane, estaríamos perdidos”, lembra JK.

Apesar das recomendações, o presidente decidiu viajar. A meio da noite, o piloto terá perdido o rumo, e só ao amanhecer conseguiu divisar um ponto de referência e apontar a aeronave em direção a Goiânia, onde eram aguardados por uma multidão excitada. Ao chegar ao destino, outro percalço: uma enorme nuvem, surgindo do nada, posicionou-se sobre a pista. “O mais surpreendente”, relembra JK, “era que a nuvem ocultava apenas a pista, como se tivesse o propósito de evitar o pouso”.

Após várias tentativas infrutíferas para completar o pouso com sucesso, a solução que restou foi aterrar em Anápolis, a meia hora de distância, mas onde não havia multidão à espera, de modo que a recepção triunfante não pôde ocorrer. JK conclui a evocação com uma nota quase cómica: “Encontramos o aeroporto deserto. Não havia viva alma nem no campo de pouso nem no edifício da administração. Deixando o aparelho, atravessamos o edifício da administração. E entramos num pequeno café, que acabara de abrir suas portas” (Kubitschek, 2000: 9). Pediram pão com manteiga e café com leite, chamaram o prefeito e o chefe político do município e ali mesmo, numa mesa improvisada, a 18 de abril de 1956, se assinou o compro-

misso solene de construir a nova capital e se lavrou a respetiva ata, assinada por todos os presentes.

Se esta história não fosse verdadeira, é provável que alguém se tivesse encarregado de a inventar. Retrospectivamente, Juscelino Kubitschek precisava de uma cena originária que desse a justa medida do seu espírito pioneiro. A chegada dos exploradores a uma região deserta, as visões paradisíacas do mundo utópico a ser criado, a primeira missa em Brasília (celebrada, não por acaso, a 3 de maio de 1957, exatos 457 anos depois da missa ordenada por Pedro Álvares Cabral), a reverência devotada pelos povos originários aos extraordinários poderes dos caras-pálidas que acabavam de desembarcar das suas naves espaciais, tudo isto espelha o simbolismo das cenas primitivas de descoberta, conquista e cadastramento do território que encontramos nos relatos de viagem dos primeiros exploradores e nas crónicas dos bandeirantes.

A ideia de que a identidade brasileira não pode ser contida numa paráfrase ainda conserva, como no tempo de Afrânio Coutinho, de Antonio Candido e de Haroldo de Campos, todo o seu vitalismo. Apesar das suas contradições, Brasília, no inconsciente coletivo, ainda combina a crença na excecionalidade que Oswald de Andrade tinha pregado nas décadas anteriores e o impulso autoconfiante a que os concretistas, no momento em que a nova cidade emergia e projetava os sonhos de um Brasil aberto ao futuro, davam o aspeto radical da poesia verbivocovisual.

“No mundo”, afirma JK a certa altura da sua memória, “existem algumas cidades artificiais”, “erigidas por iniciativas de reis ou de governantes”, mas “nenhuma delas possui uma história própria – uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico” (Kubitschek, 2000: 11). Líder desse povo eleito, JK apresentava-se como o portador da luz dos desbravadores, o destemido guia de uma geração. O “espírito de Brasília”, com os seus

palácios brancos cintilando dia e noite sob o céu do cerrado, iria fundar “a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrealizado” (Kubitschek, 2000: 71).

LULA DA SILVA

Que não há nada mais importante para os brasileiros do que o Brasil é uma proposição romântica a que Luiz Inácio Lula da Silva deu novo significado. Lula da Silva tirou a poeira dos porões e trouxe para o centro do retrato um país que por norma não estava presente nas fotos de família. Com Lula, o Brasil decidiu que chegara a vez de lançar mão dos seus imensos excedentes, e irromper da situação pós-imperial rumo à terceira via do futuro, ao lado das Marias, das Mahins, das Marielles e das Malês que a história e a sociedade insistiam em remeter para o silêncio da pobreza e para a sombra dos quartos de empregada e das favelas. Se Gilberto Freyre quis rearranjar as gavetas e os ficheiros do arquivo cultural da sociedade descrevendo o ambiente mestiço da maternidade em que esta fora gerada, e Juscelino Kubitschek consagrou Brasília ao aprofundamento do sentido de nacionalidade, Lula da Silva empenhou-se em tornar menos desigual o sistema de distribuição de riqueza controlado pelo Estado.

O abraço fraterno com que Fernando Henrique Cardoso festejou a transmissão da faixa presidencial para Lula da Silva é um dos momentos-chave do Brasil contemporâneo. Desonerando a presidência do espírito oligárquico que dominara a vida política brasileira desde a implantação da República, FHC saudou a emergência de um novo ator no espaço público, decidido a cumprir o destino do Brasil, incluindo-o finalmente na história do mundo. Setenta anos depois de Gilberto Freyre formular uma embriologia radical do Brasil em *Casa-grande & Senzala*, no discurso que pronunciou na tomada de posse, Luiz Inácio Lula da Silva mantinha o tom ecumênico e descrevia a sociedade brasileira como uma “contribuição original ao

mundo” que fundia todos os que recebia, vindos de todas as partes do mundo, no seu próprio presente.

Cinquenta anos depois de Kubitschek, também Lula da Silva apregoava estar o Brasil num momento particularmente propício para “dizer a que veio”: “Chegou a hora”, anunciou o presidente no discurso de tomada de posse, “de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos”. Porque este, garantia no recém-empossado presidente aos concidadãos, “é um país extraordinário” (Silva, 2003: 2).

O antigo líder sindical passou a ser recebido com honras de companheiro tanto nos Estados Unidos como na Rússia, tanto na Alemanha como na China. E quando, em 2022, durante o turbulento período que rodeou as eleições presidenciais, Lula da Silva se referiu à necessidade de repor a normalidade perdida nos quatro anos anteriores e voltar a unir um país cuja consciência de si fora cindida, o que estava em causa era tanto a prioridade das políticas sociais no programa do governo como o lugar do Brasil no coração dos estrangeiros.

Seguindo os exemplos de Gilberto Freyre e de Brasília, Lula da Silva demonstra-nos que a arma cultural predominante no Brasil não é a apologia da inconstância da alma selvagem de que falam escritores modernistas e antropólogos, mas o controlo do contacto que se tem com os outros. Como avisara Afrânio Coutinho em *A Tradição Afortunada*, e ao contrário do que prediz a teoria antropofágica de Oswald de Andrade, a força psicopolítica do abrasileiramento depende fundamentalmente de um sentido centrípeto: quem vier para o Brasil, avisa Lula, ecoando muitos dos seus predecessores, tem de virar brasileiro. Como nos casos de Gilberto Freyre e Juscelino Kubitschek, estamos uma vez mais diante da megalomania típica das declarações de independência, bem como de um exemplo das for-

ças de resistência ao invasor exercidas pelas estruturas imunitárias de uma comunidade nacional. “Somos o novo”, insiste Lula da Silva, “somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado” (Silva, 2003: 11).

Em abono da verdade, o prefixo “novo” constitui uma descrição responsável do processo de recadastramento do Brasil que a sua presidência prometia, dando continuidade ao projeto descolonizador que Afrânio Coutinho e Brasília também evocavam. Com o poder transformador das políticas sociais, Lula da Silva trouxe de facto um conjunto de figuras e vozes inéditas para o mapa brasileiro, extraindo essas presenças do silêncio para onde tinham sido relegadas no decurso do processo colonial e dando-lhes um espaço na política, na economia, na cultura e na educação.

É preciso reconhecer que Lula da Silva esteve perto de fazer do Brasil o endereço padrão americano do imenso território que a auto-crítica pós-imperial, para efeitos de reequilíbrio da distribuição do poder mundial, designa por Sul Global. Diante deste horizonte de experiência, quase posso apostar que não há professor de literatura que tenha ficado impávido diante dessa hora, e que não tenha sentido na pele que falar sobre literatura só tem sentido se for no calor e no estrépito da luta.

ESCULPIR MONUMENTOS

O que tentei mostrar nas breves secções anteriores, que apenas afloram pela rama esses que apelido de “momentos decisivos” do Brasil contemporâneo, é que o imaginário nacional predicado por Afrânio Coutinho continua hoje a chegar até nós num formato idêntico ao preconizado pelo autor de *O Processo da Descolonização Literária*. O que estes casos demonstram é que a ideia de que há uma sincro-

nização entre a literatura e o espaço em que esta surge, e que essa sincronização está codificada na sua forma, é o resultado de uma obliteração que tornam invisíveis as partes indesejáveis da tradição cultural que contribuiu para a gerar.

É por isso pertinente que Leyla Perrone-Moisés, em 2005, num depoimento sobre a sua carreira literária, invoque as pressões que sofreu no início para abandonar o seu interesse nos estudos comparatistas, área em que se especializava, e dedicar-se responsabilmente a estudar as coisas nacionais: “sempre fui muito cobrada, em nome de uma suposta obrigação de me dedicar a uma crítica militante de literatura brasileira. Fui às vezes chamada de ‘colonizada’ e de ‘elitista’, porque era afrancesada” (Perrone-Moisés, 2005: 342).

Com os produtores e os utilizadores da teoria estrangidos pela atmosfera mental produzida por sucessivas declarações de independência, de que dei apenas alguns exemplos avulsos, não surpreende que a teoria da literatura perca a sua componente especulativa e seja essencialmente usada como um conjunto de ferramentas, manuais de instruções e citações adequadas aos propósitos extrativistas que definem uma carreira académica no mundo contemporâneo. Em consequência, na rotina diária de quem prepara um artigo ou um capítulo de livro, o estruturalismo, a teoria pós-colonial e o ativismo negro podem ser nivelados e interpolados – não por ilustrarem posições críticas competitivas, mas porque se encontram no presente contínuo da história coletiva brasileira. De igual modo, uma certa quantidade de cor local – o que em jargão académico quer dizer incluir citações dos nossos pares – deve ser incluída no trabalho, seja qual for o tópico em questão.¹¹

¹¹ Isto explica o facto de algumas linhas de Antonio Candido (extraídas por exemplo de textos “incontornáveis” como os de *Literatura e Sociedade*) poderem dar o mote a um grande número de teses sobre literatura portuguesa produzidas em universidades brasileiras; ou

É neste sentido que se pode afirmar terem sido os programas de treino devotados à teoria da literatura no Brasil *enquanto teoria da literatura brasileira* altamente eficazes. Como adverte com pertinência Luiz Costa Lima, o critério nacional terá impedido a articulação de empreendimentos especulativos de grande magnitude, e por isso mesmo acentuado o caráter periférico da cultura brasileira. Mas do ponto de vista de uma teoria da literatura brasileira, o fracasso de cooptar os críticos para os espetáculos de acrobacias teóricas das universidades anglo-americanas, francesas ou mesmo latino-americanas, confirma o sucesso das campanhas lançadas pelos teóricos da velha guarda.

Sempre que a Teoria põe em causa a estabilidade das literaturas nacionais e adverte para o risco de estas sequestrarem o trabalho académico em regiões periféricas, os fantasmas do “intelectual empenhado”, do “problema nacional” e da “excepcionalidade identitária” assomam nas bancas de defesa e nos processos de revisão por pares para definir as prioridades e estipular um uso real das coisas brasileiras. Para a velha guarda dos teóricos da literatura no Brasil, cuja figura canónica é Antonio Candido, bem como para os seus discípulos fiéis, nunca houve dúvidas a respeito do teor e do escopo das suas análises literárias e culturais, nem da função que os teóricos realizam no interior do campo literário e do sistema cultural. Para a velha guarda, a teoria sempre foi subsidiária do ensino da literatura, este sempre foi subsidiário da noção de literatura brasileira, e esta sempre foi subsidiária do Brasil.

Ao cabo de quatro gerações, tanto o ocupante da cátedra como os alunos da primeira fila já estão em plena sincronia com a entidade

que o autor de um artigo sobre Eça de Queirós se sintia frequentemente impelido, quase por automatismo reverencial, a comentar a reação de Machado de Assis a *O Primo Basílio*, não raro como retomada dos comentários que Afrânio Coutinho fizera a esse respeito.

chamada literatura brasileira e com as práticas, simultaneamente seletivas e constrangidas, de uma crítica autorreflexiva, que não perde de vista o horizonte nacional. A sucessão de declarações de independência produziu uma consciência cultural e uma auto-historiografia integralmente adaptadas às razões de Estado e ao fenómeno que Alceu Amoroso Lima, numa observação inspirada, chamou “o preceito de nacionalidade forçada” (apud Martins, 1983: 538).

Enquanto instituições de fomento da identidade nacional capazes de agir sobre uma audiência considerável, monumentos como Gilberto Freyre, Brasília e Lula da Silva têm assegurado que a imaginação crítica dos professores de literatura continua a extrair o máximo rendimento do conceito nacional de Afrânio Coutinho, mesmo que à custa de simplificações grosseiras e reducionismos estratégicos. Cada uma destas figuras é isoladamente um monumento diferente, e todos possuem as suas idiosincrasias, subentendidos, inconsistências, contradições e incompatibilidades. Com a exceção de Lula da Silva, amado por metade do país e odiado pela outra metade, todos são monumentos que às vezes se leva a sério e às vezes se ignora.

Contudo, em conjunto, quero chamar a atenção para o modo como aos olhos do leitor de Afrânio Coutinho se apresentam como um monumento comemorativo dos heróis da independência cultural brasileira. A necessidade de treinar críticos empenhados em desnaturalizar as realidades sociais e em desenraizar os fantasmas do passado, tão determinante na direção tomada pelos estudos de literatura brasileira contemporânea nas últimas duas décadas, é um bom exemplo do valor simbólico deste monumento.¹²

¹² Sob este ponto de vista, é também a prioridade do critério nacional que ajuda a explicar, por exemplo, que Regina Dalcastagnè, numa entrevista a Cândido, em setembro de 2023, lamenta “a falta de ambição” da maioria dos escritores brasileiros, pouco interessados em engendrar em ficção um vasto panorama da sociedade (Dalcastagnè, 2023).

AFRÂNIO COUTINHO, UM INTELLECTUAL PÚBLICO?

Para terminar, volto à ideia com que comecei. Qual a monumentalidade de Afrânio Coutinho no campo da teoria da literatura no Brasil? Tendo tanta água corrido sob a ponte dos estudos literários, é provável que muitos críticos da praça se sintam tentados a dizer de Afrânio Coutinho o que este disse de Sílvio Romero: “Sua obra está toda errada. Mas todos nós nos situamos em relação a ela, seja para repeti-la, seja para continuá-la, seja para segui-la ou reagir contra ela. É um monumento” (Coutinho, 1987: 614). Que é justamente o que afirmou Tristão de Athayde: Afrânio Coutinho é um monumento. Se a sua estátua envelheceu, muito por culpa do envelhecimento dos seus modos de leitura e interpretação cultural, a verdade é que as políticas protecionistas em torno da Ideia de Nacionalidade que promoveu ao longo da sua carreira continuam a fazer sentido em muitos departamentos de literatura brasileira.¹³

As políticas protecionistas têm consequências boas e más, e isso é também parte do legado de Afrânio Coutinho na vida intelectual brasileira. Das más, a mais evidente é a que tem a ver com insularização do campo de estudos, levando a que muitos dos problemas característicos das sociedades pós-coloniais tivessem sido tratados,

¹³ Aplicada de maneira estratégica, esta prática deixou raízes profundas na institucionalização dos estudos literários no Brasil e, indiretamente, está relacionada com o sucesso das histórias de formação e das palavras-chave favoritas de Antonio Candido, bem como do sucesso da noção de antropofagia enquanto paradigma de descolonização cultural. A importância que a doutrina de Antonio Candido ainda revela nos estudos de literatura contemporânea brasileira (nomeadamente abrindo espaço para uma expansão do sistema literário brasileiro pela crítica dos critérios de legitimação que determinam a formação do campo literário) evidencia que a ideia de teoria literária no Brasil tem dependido da existência de uma literatura brasileira, dos esforços para sistematizá-la, e da sua adequação a uma ideia de país.

no contexto brasileiro, como problemas nacionais.¹⁴ Mesmo quando, com certo descompasso, chegaram as vagas da desconstrução e dos estudos culturais, em particular as discussões sobre questões raciais, indígenas e de gênero, o palanque da teoria continuou, como antes, a ser monopolizado pelos praticantes de uma crítica que, antes de estabelecer ressonâncias com movimentos transculturais, responde perante a constituição da literatura brasileira.

Medido por estes parâmetros, o saldo da campanha de Afrânio Coutinho pela descolonização da literatura nacional tem forçosamente de ser contabilizado como um contributo favorável para a vida intelectual brasileira. Muitas das coisas que disse ainda passam pela cabeça de muita gente, nomeadamente a ideia de que a missão da crítica passa por valorizar mais os escritores, e as partes das obras desses escritores, que dramatizam com maior precocidade e intensidade o momento em que a *conditio brasiliis* emergiu como uma entidade com direitos próprios nos bastidores do palco colonial.

A campanha que Afrânio Coutinho realizou para afastar os espetros do “domínio luso” e dar testemunho do “esforço dos brasileiros” para construir para si próprios um país “à revelia do oficialismo colonizador” (Coutinho, 1983: 253) contribuiu para desmatar a clareira onde as obras de Antonio Candido, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e Silviano Santiago, em muitos aspetos divergentes da sua, mas igualmente nacionais, puderam florescer com mais intensidade.

Existe naturalmente um conjunto importante de exceções a esta política cultural. Só para elencar alguns exemplos óbvios, Luiz Costa Lima, José Guilherme Merquior, Leyla Perrone Moisés, João Cezar

¹⁴ Examinando a inteligibilidade da expressão “América Latina” no Brasil, conclui Afrânio Coutinho, “é inaceitável essa denominação de América Latina. É absurda, incompatível com a realidade histórica, social, artística, cultural. Os brasileiros, não nos sentimos nem somos latinos, mas brasileiros” (Coutinho, 1983: 259).

de Castro Rocha e o próprio filho de Afrânio, Eduardo Faria Coutinho, são teóricos com preocupações supranacionais, que sempre procuraram explicar a literatura brasileira através das redes de migração espacial e temporal que a relacionam com outras literaturas. Mas a noção de Afrânio Coutinho de que a prioridade do imaginário nacional solicita a desvalorização da herança portuguesa, indiferentemente das afinidades eletivas que existem entre o Brasil e Portugal, tornou-se o *ethos* de referência de muitos críticos brasileiros, e de muitos professores de literatura brasileira. Quero com isto dizer que o conceito de literatura brasileira de Coutinho continua a ser reconhecível para muitos dos membros dos departamentos de letras, ainda que por via indireta.¹⁵

As limitações desta atitude crítica são parecidas com as limitações de um monumento aos heróis da guerra da independência nacional, no sentido em que também consistem num modo de controlar o passado e de construir a memória histórica em função de símbolos de dimensão coletiva. Mas é preciso relativizar essa limitação. Quando está em causa um projeto de país e a função da literatura nesse projeto, nem sempre o intelectual pode ociosamente devotar-se a discutir os méritos das leituras retóricas de Paul de Man; a advogar, com o Richard Rorty de *Achieving Our Country*, em favor do reformismo da sociedade liberal; ou a avalizar as excitantes ideias de Hans Ulrich Gumbrecht sobre a relação entre a materialidade dos textos e a produção de sentido.

¹⁵ Note-se que apesar das diferenças que os separam, em particular no modo de praticar o pensamento anticolonial e de pensar a autonomia da literatura brasileira, a “nova crítica” de Afrânio Coutinho, o magistério de Antonio Candido e os empreendimentos vanguardistas dos concretistas exibem os elementos arquetípicos deste *ethos* e, ao mesmo tempo, constituem a sua autodescrição mais bem-sucedida.

Nesta matéria, mais cruciais do que a lógica dos argumentos ou a colaboração interdisciplinar, são o ânimo e a disponibilidade para prosseguir o projeto de valorizar textos locais em função do que estes significam em termos de “trabalho de formação consciente, racional, dirigido pela inteligência, pelo espírito criador”, para usar as palavras com que Afrânio Coutinho elogiou a obra de José de Alencar (Coutinho, 1983: 75). Para mais quando os incentivos, tanto culturais como financeiros, são virtualmente inexistentes.

É precisamente com a defesa do privilégio epistemológico e ontológico de uma crítica nacionalista que Afrânio Coutinho conclui o discurso de tomada de posse na Academia Brasileira de Letras, pronunciado em 1962. A tarefa do crítico, defende nesse momento crucial do seu magistério, possui uma natureza assumidamente política. A “função especial da crítica em nosso momento histórico”, assegura Coutinho, obriga-a a “assumir o seu papel de educadora do público e mediadora entre ele e a criação”. A crítica, bem vistas as coisas, não é uma questão só de palavras, mas um conjunto de ações concretas para “fazer da literatura uma real voz da tribo, traduzindo-lhe os sentimentos coletivos, e, de torna viagem, atuando sobre a alma popular” (Coutinho, 1983: 129).

A teoria que Afrânio Coutinho usava para explicar o que fazia podia estar em desacordo com a sua prática crítica, e em grande medida estava. Todavia, na tarefa de afastar os episódios indesejáveis da história para insinuar que a cultura brasileira surgiu por geração espontânea assim que o primeiro europeu pisou em solo nacional e se esqueceu de quem tinha sido até aí, talvez só Oswald de Andrade tenha sido tão voluntarioso. Quer a ambição do escritor passe por escrever o Grande Romance Brasileiro, quer seja apenas a de trazer para o campo literário perspectivas sociais pouco habituais, falando do aqui e do agora da sua experiência, a militância de Afrânio Coutinho em prol da descolonização da literatura brasileira, como há pouco disse, mantém a sua

autoridade. Mesmo que os seus livros ganhem pó nas bibliotecas, as circunscrições éticas e morais que quis impor aos estudantes de literatura brasileira estão ainda ativas no subconsciente da disciplina.

Aí reside talvez um dos atrativos do monumento aos Heróis da Grande Guerra que, com inteira propriedade e em letras maiúsculas, podemos chamar Literatura Brasileira. É verdade que os pontos de vista históricos e críticos de Coutinho são por vezes autoindulgentes demais. Mas se Gilberto Freyre, Brasília e Lula da Silva continuam a mostrar-nos a relevância política que este monumento ainda tem para a vida nacional, a teoria com que Afrânio Coutinho defendeu a sua beleza, originalidade, autonomia e solidez continua a dar-nos bons motivos para gostarmos de o exibir, não apenas aos turistas que visitam o Brasil, mas também a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- Athayde, Tristão de (1987). “Suma Crítica (introdução)”, in Afrânio Coutinho, *Crítica e Teoria Literária* (pp. 13-16). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará.
- Brooks, Cleanth (1984). *Community, Religion & Literature*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press.
- Coutinho, Afrânio (1960). *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- (1968). *A Tradição Afortunada (O Espírito da Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- (1983). *O Processo da Descolonização Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (1987). *Crítica e Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará.
- Dalcastagnè, Regina (2023). “Entrevista: Radiografia da literatura brasileira”, [em linha] disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Regina-Dalcastagne>

- Kubitschek, Juscelino (2000). *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal.
- Martins, Wilson (1983), *A Crítica Literária no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Perrone-Moisés, Leyla (2005). “Por amor à arte”, *Estudos Avançados*, 19 (55): 335-348.
- Silva, Luiz Inácio Lula da (2003). “Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional”, [em linha] disponível em www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view. [consultado em 1 de junho de 2023]
- Vianna, Oliveira (1938). *Raça e Assimilação*. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Wagner, Roy (2016). *The invention of culture*. 2ª ed., Chicago – London: The University of Chicago Press.